

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA QUE IRÁ REALIZAR A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO MADEIRA.

Órgão/UC Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA/AM/RDS
Rio Madeira

Manaus-AM, novembro de 2023.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RDS

RIO MADEIRA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso Sustentável
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- Estado: Amazonas
- Municípios que abrangem a unidade: Borba, Novo Aripuanã e Manicoré
- Área da unidade: 283.117 ha

2. CONTEXTO

2.1 Breve histórico

O histórico de criação da RDS Rio Madeira

- 2006, cria-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Madeira no dia 3 de julho através do Decreto n.º 26.009, com os objetivos de preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, com o intuito de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente desenvolvidas pelas populações tradicionais, dentre outros. Sua área é de aproximadamente 283.117 hectares.
- 2010, publica-se no dia 5 de fevereiro a Portaria n.º 016 que cria o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira;
- 2010, publica-se no dia 25 de agosto a Portaria n.º 146 aprovando o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da RDS Rio Madeira que entrou em vigor a partir da data de publicação;
- 2014, publica-se no dia 22 de julho a portaria n.º 126 aprovando o Plano de Gestão da Unidade de Conservação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira. O Plano de Gestão foi elaborado com base em atividades desenvolvidas em diferentes momentos, no período de 2005 a 2013, por duas equipes multidisciplinares distintas, sob supervisão do

CEUC/SDS, seguindo as recomendações e etapas contidas no Roteiro de Elaboração de Planos de Gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.

O primeiro registro oficial da demanda de criação da RDS partiu do Lago Preto, comunidade localizada no lago de mesmo nome, no município de Novo Aripuanã. Em trabalho na comunidade, na época, um pesquisador de Manaus estimulou os moradores a se organizarem para criar a reserva como forma de conservar seus recursos.

- 2003, o Governo do Estado do Amazonas executou uma política intensa de criação de Unidades de Conservação - UCs.
- 2005, já havia 31 UCs criadas. Dentre elas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Madeira.
- Em setembro de 2005, preocupados com a diminuição dos peixes nos lagos, os ribeirinhos escreveram uma carta que foi entregue a Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais (Seap) e Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (Seae), vinculadas a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), atualmente já extintas.

Dois meses após o recebimento dessa carta, uma equipe ligada a essas secretarias vai a campo para a realização de estudo socioeconômico, sensibilização e mapeamento de uso dos recursos da comunidade estendendo suas atividades até Manicoré e baixando o rio até certo trecho de Borba.

A expansão do que seria a área da RDS foi discutida e entendida como a ideal pelos técnicos em Manaus e foi aceita pelas comunidades. Na época 20 comunidades foram mapeadas e fariam parte da reserva. Nas visitas dos técnicos, dizia-se que a RDS seria vantajosa para os moradores porque, além de conservar uma grande área de floresta, melhoraria suas condições de vida e traria segurança. Para o Governo do Estado, a RDS Rio Madeira era parte de uma proposta maior, baseada em um estudo da região do interflúvio Madeira-Purus que atribuía à área grande relevância ecológica.

Visava-se, então, a criação do Mosaico Matupiri/Igapó-Açu, abrangendo quatro UCs: a RDS Igapó-Açu, o Parque Estadual do Matupiri, a RDS do Matupiri e a RDS Rio Madeira. A conversa sobre a RDS se espalhou pelas comunidades, mas, apesar de haver associações espalhadas pela região, a discussão ainda não estava

organizada. O povo era leigo no assunto e tinha dúvidas. A Seap/Seae cumpriu seu cronograma, fez reuniões comunitárias e uma consulta pública.

Em 2008, dois anos após a decretação da RDS Rio Madeira, o Governo do Estado passa por uma reestruturação, são extintas a Seap e a Seae e é então criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc) com o objetivo de implementar, consolidar e gerir o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc), e é feita a nomeação de Ítalo Sousa Chaves como gestor da RDS Rio Madeira em julho desse mesmo ano.

A partir do segundo semestre deste mesmo ano, com várias UCs já criadas até o momento, a atuação do governo passa para uma segunda fase: a de implementação das UCs, o que passava necessariamente pela criação e ativação dos Conselhos Deliberativos e/ou Consultivos.

2.2 Origem do nome

A RDS Rio Madeira é drenada pela bacia do Rio Madeira e recebe este nome porque tem como principal o rio de mesmo nome, que nasce da junção dos Rios Beni e Mamoré, tornando-se o maior afluente do Rio Amazonas pela margem direita, margeando todo o limite leste da Reserva, caracterizado pelos seus depósitos sedimentares, formações de banco de areia e praias temporárias e o intenso transito de embarcações, por se tratar de um rio Federal que liga Rondônia (Porto Velho) ao Rio Amazonas (Manaus).

2.3 Características

A RDS Rio Madeira possui uma área territorial de 283.117,00 hectares, está localizada no Rio Madeira, nos municípios de Borba, Novo Aripuanã e Manicoré. O período de enchente ocorre entre os meses de novembro e fevereiro, atingindo valores máximos nos meses de março e abril. A vazante ocorre a partir do mês de maio e atinge a cota mínima no mês de setembro.

A RDS comprehende três unidades geológicas, duas geomorfológicas, estas últimas se apresentam pelo modelado de relevo Acumulação em planícies fluviais. Os solos desta RDS são resultantes de cinco variáveis interdependentes, denominados fatores de formação do solo, a saber: organismos, clima, material de origem, relevo e tempo que se apresentam em quatro classes: *Latossolo Amarelo*, *Gleissolo Háplico*, *Neossolo Flúvico* e *Planossolo Háplico*. A classe de solo em maior representatividade é o *Latossolo Amarelo* com 76,27%, e em menor proporção consta o *Planossolo*

Háplico com 1,60% da área. Esse conceito indica o quanto o elemento solo possui relações com os demais elementos que explicam e modelam a paisagem.

A área de entorno da RDS Rio Madeira é caracterizada pela predominância de terras destinadas: Unidade de Conservação Estaduais (RDS Matupiri e Parest Matupiri a oeste, RDS do Juma a sudeste); Terra Indígena (Cunha-Sapucaia ao norte, Arary e Setemã a nordeste e Pinatuba nas proximidades do sul); e PAE Jenipapos a sudoeste)

Os títulos definitivos inseridos na RDS somam 35 propriedades, que segundo as informações levantadas junto ao ITEAM, datam do final do século XIX e início do século XX. Sendo estes localizados nos municípios de Novo Aripuanã e Borba.

Destes, 11 títulos estão inseridos na gleba municipal José Lindoso e 21 na gleba municipal Alegria. A validade dos títulos de aproximadamente 29 propriedades privadas está sendo avaliada pelo ITEAM, e apenas a identificação dos títulos definitivos originários estão disponíveis neste órgão. Toda a movimentação do processo de transferência, de compra e venda desses títulos, poderá ser averiguada por meio de um estudo da cadeia dominial, após esses processos serem avaliados pelo ITEAM.

Atributos naturais: A variedade hidrográfica com os rios Madeira e Preto e Lago Acará; os lagos Xiada, Nazaré, Setemã, Veadinho e Chavascal; os igarapés Aracá Grande e Araraquara, proporcionam recursos naturais à região, circundando sua fauna e flora com florestas de terra firme, florestas alagadas, campos rupestres, campinas e campinaranas, compondo um cenário espetacular, com uma grande diversidade de espécies e paisagens.

A fauna é diversificada e foi por muitos anos os meios de sobrevivência de muitos; contudo, após a compreensão do termo “sustentabilidade”, muitas famílias recriaram hábitos contribuindo para a manutenção das espécies e preservação dos recursos naturais da RDS Rio Madeira.

A riqueza mineral nesta RDS sempre foi explorada, a extração de minério é o assunto em voga nos seis polos que compõe a RDS Rio Madeira por ser de alto valor econômico e ter causados grandes impactos socioambientais.

Em suma a RDS Rio Madeira proporciona, através de seus recursos naturais, a economia, a sociabilidade, a integração e o desenvolvimento sustentável.

Biodiversidade: Na região do médio rio Madeira, há muita variação no porte, estrutura e composição de espécies de plantas na mata de terra firme. As matas mais altas na região são dominadas por enormes exemplares da Castanheira-do-Brasil e tendem a ter um sub-bosque aberto denominado de castanhal. Há também a presença de algumas espécies de palmeiras como indicadores de variantes sutis na mata de terra firme que tem determinada importância na composição de espécies de aves. Sua vegetação contém mais de 3.000 espécies dentre um total de 13.000 coletas para a região do interflúvio dos Rios Purus-Madeira. Apesar desse número de registros parecer alto, ele é proporcionalmente baixo em relação ao tamanho total da área de todo o interflúvio.

Em relação à ocorrência de espécies raras na região do Interflúvio Purus-Madeira, a partir da análise dos dados secundários, há um total de 27 espécies, sendo que destas, duas estão na Lista de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, como é o caso da castanheira (*Bertholletia excelsa*) e do pau-rosa (*Aniba rosaeodora*).

A região do Rio Madeira é uma das mais ricas em fauna. A heterogeneidade de ambientes contribui para hospedar muito mais espécies do que uma região homogênea. Na Amazônia, existem migrações laterais de numerosas espécies aquáticas, como peixes, quelônios, jacarés, peixe-boi e boto, entre os rios e as áreas alagáveis. As maiores populações de jacarés da Amazônia brasileira ocorrem nas florestas alagáveis e, nessas áreas, espera-se uma forte influência da variação do nível do rio sobre a densidade observada dos jacarés, bem como efeitos da estrutura dos corpos de água e de outras variáveis ambientais. Há registro de três espécies de jacarés no Rio Madeira: jacaré-açu, jacaretinga e jacaré-paguá. Jacarés, quelônios e alguns peixes (como pirarucu), podem ter potencial para exploração, como em muitos locais de várzea na Amazônia, mas no caso da RDS Rio Madeira, a vegetação sob influência do regime de cheias e vazantes ocupa uma área relativamente pequena, o que pode implicar em populações menores desses animais que dependam diretamente desse sistema. Independente disso, estudos específicos de ecologia (dinâmica populacional) e história natural dessas espécies na RDS são imprescindíveis para dar sustentabilidade a qualquer tipo de manejo.

Além da mata de terra firme, com toda sua heterogeneidade, a presença de outros tipos de vegetação, como várzeas, igapós, campinas e campinaranas mantém uma riqueza de espécies que nenhum destes habitats teria sozinho.

Socioeconômica: A população da RDS Rio Madeira está agrupada em seis polos e distribuídas em 43 comunidades/localidades, que somam 782 famílias, totalizando 3.041 habitantes:

PÓLO	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	N.º DE FAMÍLIA	N.º DE PESSOAS
I	Mata-Matá	Borba	13	45
	Bom Jesus	Novo Aripuanã	5	25
	São Luiz	Novo Aripuanã	8	40
	Prainha	Novo Aripuanã	9	34
	José João	Borba	15	90
II	Santa Rita	Novo Aripuanã	13	80
	São Sebastião da Boca do Tacuá	Novo Aripuanã	15	45
	Bom Sossego	Novo Aripuanã	5	22
	Nova Estrela	Novo Aripuanã	24	25
	Canadá	Novo Aripuanã	32	0
	Castanho	Novo Aripuanã	17	94
	Lago do Tacuá	Novo Aripuanã	21	73
	São Francisco do Lago do Matupá	Novo Aripuanã	16	60
	Setemã	Novo Aripuanã	55	
	Alegria	Novo Aripuanã	13	27
III	Cruzeiro	Novo Aripuanã	7	30
	Santa Rosa I	Novo Aripuanã	8	35
	Santa Rosa II	Novo Aripuanã	11	46
	São Carlos	Novo Aripuanã	20	79
	Realeza I	Novo Aripuanã	10	46
	Livramento	Novo Aripuanã	20	91
	Santa Maria do Uruá	Novo Aripuanã	17	64
	São Pedro	Novo Aripuanã	20	100
	Realeza II	Novo Aripuanã	24	105
	Vencedor	Novo Aripuanã	31	125
	Vencedorzinho	Novo Aripuanã	14	53
IV	São Sebastião do Lago Preto	Novo Aripuanã	19	76
	Bela Vista do lago do Xiadá	Novo Aripuanã	8	36
	Uruá Brazão	Novo Aripuanã	-	-
	São Marajó do lago do Xiadá	Novo Aripuanã	8	37
	São Francisco do lago do Xiadá	Novo Aripuanã	18	85
V	Cachoeirinha	Manicoré	72	240
	Carapanaúba	Manicoré	18	61
	Curupaiti	Manicoré	22	82
	São João	Manicoré	45	95
	Rio Preto	Manicoré	17	54
VI	Novos Prazeres	Manicoré	20	77
	Sempre Viva	Manicoré	22	86
	Verdum	Manicoré	48	250

	Amparo/Cayapé	Manicoré	32	105
	Delícia	Manicoré	34	158
	Bracinho	Manicoré	32	117
	Braço Grande	Manicoré	33	148
	Repartimento I	Manicoré	16	76
	Repartimento II	Manicoré	23	150
Totais	45 Comunidades	3 Municípios	782 famílias	3.041 pessoas

Os limites da RDS em sua grande maioria são configurados por terras não matriculadas (251.473,11 ha), possui parte da gleba estadual Santo Antônio (27.565,06 ha) e cerca de 38.338,65 hectares correspondentes às áreas de terras particulares, distribuídos em 65 títulos definitivos reconhecidos pelo Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM.

A participação dos moradores nas associações é muito importante para o desenvolvimento dos programas propostos pelo Plano de Gestão e alcançar as melhorias que todos desejam. As comunidades da RDS Rio Madeira, apresentam organização social distribuídas em: associação comunitária, grupos de jovens, pastorais (criança e juventude), grupo de mulheres e representante da colônia de pescadores. Apenas 11 comunidades possuem associação, das quais seis estão legalmente constituídas e inseridas no sistema digital da Receita Federal. Na RDS Rio Madeira atuam instituições governamentais e não governamentais e que participam do Conselho Deliberativo, formado em fevereiro de 2010. Essas instituições são importantes parceiras para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Gestão.

A RDS Rio Madeira é composta por áreas de uso sustentável, que viabiliza tanto a conservação quanto o desenvolvimento socioeconômico da região. A região é rica em cultivo agrícola, pescado, extrativismo vegetal e mineral, havendo por este último ampla concorrência de interesse econômico. Atualmente, é crescente a utilização de balsas no Rio Madeira e até mesmo em alguns lagos, vias de acesso ao Rio Madeira, para extração de minério. O turismo de aventura na natureza pode se concretizar como um dos grandes atrativos da região que é famosa por suas diversidades, com potencial para a pesca esportiva.

Localização e acessos: A RDS Rio Madeira está localizada no Rio Madeira, no sul do Estado do Amazonas e abrange três municípios: Borba, Novo Aripuanã e Manicoré, possui uma área territorial de 283.117,00 hectares.

O acesso aos municípios onde a RDS Rio Madeira está localizada pode ser feito por **via fluvial** com lanchas que partem de Manaus para Borba, Novo Aripuanã e Manicoré no Estado do Amazonas; por **via terrestre** pela BR - 319 que leva de Manaus/AM ao Entroncamento (aproximadamente 356km), segue pelo ramal de Entroncamento até Democracia (84km), em seguida, se faz o uso de transporte fluvial para se deslocar até Manicoré; por **via aérea** de Manaus até Manicoré.

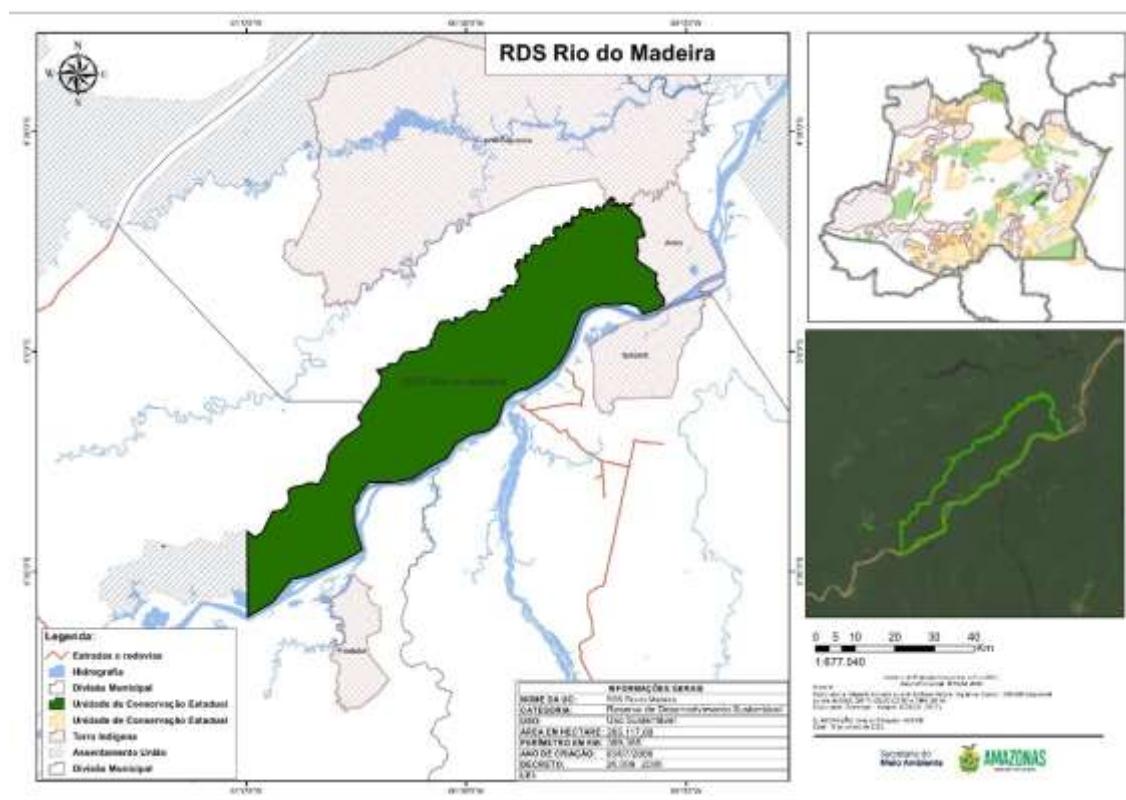


Figura 1 – Mapa de localização da RDS Rio Madeira

3. JUSTIFICATIVA

A ameaça em escala global aos ecossistemas ainda intactos, ou que sofreram poucas alterações, tem levado especialistas e governantes a buscarem formas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo como principal missão conter o avanço e o crescimento dos processos que ameaçam esses ecossistemas.

A criação da RDS Rio Madeira e outras categorias de áreas protegidas tem sido a principal estratégia para a conservação da biodiversidade que contam com um Plano de Gestão, um documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da RDS, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estrutura física necessária à gestão da Unidade.

Para se avaliar esse Plano de Gestão é preciso uma revisão e atualização de conteúdo dos documentos já existentes, além de entrevistas com gestores e atores envolvidos que atuam diretamente na gestão da RDS Rio Madeira e seu entorno. Toda essa referência coletada possibilitará a atualização do Plano de Gestão que identificará potencialidades evitando, possíveis, imperícias na ampliação do modo de vida sustentável na RDS Rio Madeira.

4. OBJETIVO

Revisar e atualizar o Plano de Gestão visando à sustentabilidade através dos recursos naturais, a educação ambiental e a proteção da biodiversidade, mantendo viva a qualidade de vida e os conhecimentos tradicionais em meio ao desenvolvimento sustentável que funcionará como instrumento de gestão para implementação da Unidade de Conservação.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Fazer avaliação das atividades previstas e executadas na versão original do Plano de Gestão;
- b) Atualizar os dados socioeconômicos e das cadeias produtivas da RDS Rio Madeira e entorno;
- c) Diagnosticar as fragilidades e potencialidades da RDS Rio Madeira e entorno;
- d) Diagnosticar e avaliar os impactos do uso dos recursos naturais, ambientais da RDS Rio Madeira e entorno;
- e) Atualizar a situação fundiária da RDS Rio Madeira e entorno;
- f) Avaliar os impactos causados pela extração ilegal de minério da RDS Rio Madeira e entorno;
- g) Atualizar o zoneamento, as regras de uso e os programas de gestão da RDS Rio Madeira e entorno;
- h) Fornecer os relatórios parciais das atividades realizadas da RDS Rio Madeira e entorno;
- i) Disponibilizar relatórios em formato digital e impresso; base de dados georreferenciadas digital e impressa da RDS Rio Madeira e entorno;
- j) Fornecer registros fotográficos das atividades e eventos da RDS Rio Madeira e entorno;
- k) Entregar os produtos conforme o Termo de Referência (TdR).

6. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Equipe da SEMA-AM para a elaboração do Plano de Gestão, seguindo as metodologias e estratégias apresentadas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estadual do Amazonas e nas diretrizes institucionais apontadas pela SEMA-AM que supervisionará e aprovará os respectivos da consultoria.

Além dos estudos demandados, a revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira deverá considerar os estudos e documentos já existentes sobre o conjunto de Unidades de Conservação.

Também para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA, deve atentar para o período de sazonalidade de cheia e vazante dos rios no que tange o acesso as populações, comunidades, setores e áreas estratégicas dessa região. Sugerimos que as atividades de campo sejam realizadas no período médio das cheias dos rios, que compreende de março a agosto.

Os técnicos da SEMA-AM deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento das informações buscando proporcionar maior envolvimento da equipe com as metodologias e resultados deste trabalho, para fins de monitoramento e avaliações futuras dos documentos.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise e aprovação da SEMA-AM. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder com às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final, que deverá ser entregue em formato digital e impresso, conforme especificação dos produtos. Ressalta-se que a SEMA poderá solicitar até no máximo duas revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno a contratada de até dez dias. Destaca ainda que o pagamento pelos produtos apresentados será realizado após sua análise e aprovação pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA.

Para elaboração da agenda de campo, a CONTRATADA deverá planejar a logística das atividades em conjunto com o chefe da Unidade de Conservação, considerando o prazo de mobilização social para operacionalização das reuniões comunitárias, bem como, as distâncias e locação de espaços comunitários para

realização das ações. A CONTRATADA deverá se deslocar, conforme programação a ser estabelecida no plano de trabalho a sede da Unidade de Conservação objeto do contrato, localizada no município de Novo Aripuanã e à sede da SEMA em Manaus-AM.

Para as atividades de coleta de campo para fins biológicos, ecológicos, socioeconômico e de planejamento estratégico, deverá ser constituída agenda de trabalho com prazos estipulados e autorização prévia do Órgão Gestor.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no TdR incorpora o princípio inicial de envolvimento dos participantes em sua realidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas dos personagens envolvidos no processo e comprometimento de participação consciente e suficiente para observar as questões sociais, políticas, ética e de cidadania de sua região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias e conhecimento) se faz necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agente participativo, capaz de se manifestar e descrever sobre a realidade em que vivem.

7. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira serão desdobradas em 05 etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA1 – Organização do Plano de Trabalho

Participação de 01 (um) representante (Coordenador Geral, presencialmente; demais técnicos, virtualmente) da CONTRATADA em Reunião de Organização do Planejamento, com duração de 01 (um) dias, na cidade de Manaus/AM, para apresentação do Plano de Trabalho, cabendo alterações e revisões pela CONTRATADA durante o período do proposto Termo de Referência para a SEMA/AM, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

Nesta Reunião serão definidas e niveladas, as estratégias e metodologias, logísticas e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a ser incluídas em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações sobre a UC, de posse da SEMA/AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

PRODUTO 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.

ETAPA 2 – Versão preliminar da atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, plano de proteção e atualização dos dados fundiários em forma digital.

Para esta etapa será realizada uma incursão à área da UC juntamente com a equipe da CONTRATADA e da equipe gestora da UC, com duração de aproximadamente 40 dias. A CONTRATADA fará incursão à Unidade de Conservação uma única vez para realização desta etapa.

O planejamento do trajeto referente ao município de Novo Aripuanã até a RDS Rio Madeira e as demais comunidades no entorno da UC se dá por meio fluvial, utilizando os equipamentos da Unidade de Conservação, ficando na responsabilidade do gestor o custeio de toda logística para a execução das atividades. (Alimentação, combustível, material de uso e consumo, etc).

Informamos que o deslocamento da equipe contratada até o município de Novo Aripuanã será custeado pela consultoria, no qual apresentamos a logística no quadro abaixo:

LOGÍSTICA DE ACESSO PARA CHEGAR À SEDE – Novo Aripuanã	
AÉREO	Do município sede da consultoria até a capital Manaus
FLUVIAL	Saída do Porto de Manaus via a jato, na segunda, terça e quinta feira para o município de Novo Aripuanã. Com retorno de Novo Aripuanã para Manaus, também de a jato, na terça, quarta feira, sábado ou domingo, com a duração de 12 horas de deslocamento.

OBS.: Deve levar em consideração a chegada da equipe técnica da consultoria em Novo Aripuanã, que deverá se instalar um dia na cidade antes da ida ao campo, bem como um dia na volta do campo, antes do retorno para a cidade de origem, ficando por conta da contratada o custeio da hospedagem e alimentação no município sede da UC.

Sistematização e análise das informações disponíveis.

A revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existentes sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa e regra de uso – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento, a identificação do material relevante, as respectivas lacunas de informação que surgirão durante o planejamento dos trabalhos e as atividades de

campo serão à base do Diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, a qual será elaborado segundo definição na Etapa 1 – Plano de Trabalho, com a identificação do material relevante aos planejamentos, e as respectivas lacunas de informação.

A CONTRATADA compilará os dados secundários disponibilizados pela SEMA-AM durante as atividades de campo, equiparando as informações e atualizando os dados.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico preliminar.

Para este levantamento e reuniões em campo será realizada uma incursão à área da UC juntamente com a equipe da CONTRATADA e da equipe gestora da UC. Este levantamento terá duração em média de 20 dias, tem por objetivo obtenção de dados primários em campo (socioeconômicos, cadeias produtivas fundiárias, pesquisa, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão) e o conhecimento da situação local, cabendo à CONTRATADA aplicar as consultas/entrevistas participativas e colaborativas junto com os moradores, bem como, demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a RDS do Rio Madeira e seu entorno.

A CONTRATADA fará incursão à Unidade de Conservação uma única vez para realização desta etapa. Para a logística necessária, oferecida pela SEMA.

Levantamento de campo

Com base no diagnóstico apresentado na sistematização de dados secundários, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações descremadas abaixo para atividades de coleta de dados primários.

O reconhecimento de campo na qual será realizada uma incursão às áreas da UC, serão realizados juntamente com o Coordenador Geral da CONTRATADA e sua equipe, além do gerente da Unidade de Conservação conforme disposição quantitativa dos mesmos.

Para a equipe de campo deste levantamento, caberá a contratada definir a quantidade de técnicos necessários que realizarão os estudos, sendo contemplado no máximo 4 profissionais para condução das atividades. De modo que, as logísticas até os locais de atividade de campo devem ser planejadas de maneira precisa, conforme as peculiaridades das mesmas.

Neste reconhecimento de campo os representantes da CONTRATADA estarão alocados na logística planejada pelo gestor da Unidade de conservação durante a realização das reuniões setoriais.

O planejamento do trajeto referente ao município de Novo Ariupuanã até a RDS Rio Madeira e as demais comunidades no entorno da UC se dá por meio fluvial, utilizando os equipamentos da Unidade de Conservação, ficando na responsabilidade

do gestor o custeio de toda logística para a execução das atividades. (Alimentação, combustível, material de uso e consumo, etc).

Informamos que o deslocamento da equipe contratada até o município de Novo Aripuanã será custeado pela consultoria, no qual apresentamos a logística no quadro abaixo:

LOGÍSTICA DE ACESSO PARA CHEGAR À SEDE – Novo Aripuanã	
AÉREO	Do município sede da consultoria até a capital Manaus
FLUVIAL	Saída do Porto de Manaus via a jato, na segunda, terça e quinta feira para o município de Novo Aripuanã. Com retorno de Novo Aripuanã para Manaus, também de a jato, na terça, quarta feira, sábado ou domingo, com a duração de 12 horas de deslocamento.

OBS.: O tempo estima para a execução da etapa 2, deverá ser realizada dentro de aproximadamente 20 (vinte) dias, levando em consideração a chegada da equipe técnica da consultoria em Novo Aripuanã, que deverá se instalar um dia na cidade antes da ida ao campo, bem como um dia na volta do campo, antes do retorno para a cidade de origem, ficando por conta da contratada o custeio da hospedagem a alimentação no município sede da UC.

Nas visitas das comunidades da RDS deverão ser atualizados e coletados os dados envolvendo os principais grupos sociais, como: instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais (ONG's), pesquisadores, moradores e usuários da UC, lideranças locais, entre outros. Deverá ser informado e divulgado o objetivo do trabalho proposto para a revisão do Plano de Gestão, com o possível preenchimento de lacunas identificadas no diagnóstico preliminar e levantamento de informações adicionais.

A atualização dos dados acima terá a duração de aproximadamente 20 (quinze) dias de campo.

A obtenção de dados será realizada por coleta de informações via DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) nas reuniões setoriais, em um total de 15 (quinze) reuniões, sendo, prevendo duas reuniões com o quantitativo de 02 (dois) dias para cada setor em média. Esta atividade tem por objetivo a atualização de dados primários em campo e o conhecimento da situação local, atualizando o censo familiar (que terá o apoio dos técnicos da SEMA) dos 790 habitantes, distribuídos em 193 famílias das 23 localidades e 16 comunidades, conforme apresentado no Plano de Gestão atual, elaboração e realização de consultas, entrevistas participativas colaborativas junto com os moradores, de acordo com as metodologias propostas pela própria SEMA/AM, sendo utilizados, por meio de coleta de dados via Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) aplicado nas Reuniões Setoriais, bem como, demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a UC e seu entorno.

Durante a coleta de dados deverão ser empregados distintos recursos e métodos participativos que possibilitem conhecer as características da população, o modo de produção local, a relação das comunidades com a natureza e suas expectativas em relação à UC. Para nortear as discussões com a população, é

interessante conhecer o uso que estas fazem do espaço e dos recursos naturais, qual a sua relação com a Unidade, identificando-se as potencialidades, fragilidades e limitações existentes.

Nas atividades de campo a CONTRATADA deverá iniciar de forma participativa a elaboração do Modelo Conceitual da RDS Rio Madeira com base nos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, (Alvos de Conservação, Serviços Ecossistêmicos, Alvos de Bem-estar Social e Ameaças) e apresentar com base no método, os conceitos, graus de interferência, tabelas e outras facetas dos métodos que possam levar o grupo a refletir sobre o que se pretende alcançar por meio da visitação da RDS de acordo com seus objetivos, obtendo dados primários em campo (socioeconômico, cadeias produtivas, fundiário, zoneamento, regras de uso, pesquisa e programas de gestão) e o conhecimento da situação local, cabendo à CONTRATADA elaborar e realizar consultas e entrevistas participativas e colaborativas juntas com os moradores, bem como os demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a RDS Rio Madeira e seu entorno.

Levantamento socioeconômico

A CONTRATADA com apoio técnico da SEMA realizarão a sensibilização nas diferentes instituições parceiras e organizações da sociedade civil sobre a atualização e revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira.

A CONTRATADA atualizará os dados e as informações dos moradores da RDS Rio Madeira e entorno por meio da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo abrangendo a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades; a identificação do quantitativo da população; a identificação das situações de conflito existentes ou potenciais conflitos na Reserva; análise socioeconômica integral, assim como (re)identificar a infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (escolas, postos de saúde, micro agroindústrias) e o atual contexto de atuação das organizações associativas e lideranças comunitárias existentes nas comunidades da RDS Rio Madeira e a relação entre elas. Também deverão ser caracterizadas as atividades potenciais de uso público bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Devem ser relacionadas às informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos à UC, municípios de onde vem à demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno, perfil do visitante, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para visitação e principais grupos de interesse).

Para tanto, será fornecido o modelo de questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuência da SEMA-AM. A CONTRATADA deverá utilizará a ferramenta da Plataforma Smart – software de código aberto que otimiza a coleta e o uso de dados sobre áreas protegidas utilizado pela World Wide Fund for Nature (WWF-Brasil), em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

A partir disso, a CONTRATADA deve levantar informações censitárias sobre

saneamento básico e índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas, assim como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na RDS Rio Madeira e entorno. É de grande importância que seja levantado informações quanto: número de crianças, idosos, jovens, mulheres e homens das comunidades, número de escolas, o nível formação (fundamental I e II, médio e superior) da RDS Rio Madeira.

Caracterização da situação fundiária

A CONTRATADA deverá caracterizar a situação fundiária (situação dominial) da Unidades de Conservação sobre as áreas ocupadas por moradores, localizadas no interior e no entorno da RDS e sua área de entorno, assim como, identificar conflitos existentes ou potenciais na Reserva, bem levantamentos nos órgãos de terra e informações cartoriais municipais, conforme itens abaixo:

- I – Glebas, verificando tamanho e percentual na RDS;
- II – Ocupações irregulares e invasões;
- III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);
- IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;
- V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;
- VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS.

Observação: A SEMA apoiará a contratada nos envios de documentos necessários para apresentar a instituição aos órgãos responsáveis por terras. Vale descartar, que após apresentação da empresa contratada as instituições, esta deverá apresentar-se a instituição com o ofício da SEMA informando que é a empresa prestadora de serviço, cujo objetivo é realizar atualização de informações fundiária da Unidade de Conservação.

Diagnóstico de cadeias produtivas:

A CONTRATADA com apoio técnico da SEMA realizará a sensibilização nas diferentes instituições parceiras e organizações da sociedade civil sobre a atualização e revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira.

A CONTRATADA atualizará os dados e as informações dos moradores da RDS Rio Madeira e entorno por meio da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo abrangendo a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades.

No Diagnóstico de **Cadeias Produtivas** (agrícolas, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial) deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas - mesmo que informalmente, assim como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Com base nos levantamentos deverão ser

identificadas as possíveis oportunidades e ameaças advindas das atividades econômicas e sua potencialidade (acessos a RDS Rio Madeira, municípios de onde vem à demanda, perfil do usuário, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para produção e alternativas sustentáveis). Devem também ser consideradas as atividades de produção que ocorrem no entorno ou nas cidades com maior potencial consumidor. Contudo, o diagnóstico das cadeias produtivas deve:

- Identificar, caracterizar e analisar as áreas onde a produção agrícola, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial atual é formal, informal, incipiente, desorganizado ou inexistente;
- Identificar os locais, dentro da RDS Rio Madeira, onde potenciais atividades de produção, extrativismo e pesca comercial e seus atributos estão inseridos, descrevendo seu meio físico;
- Descrever os prováveis impactos sociais, econômicos e ambientais;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da RDS;
- Descrever a infraestrutura mínima necessária, com descrição das características do acesso;
- Identificar temáticas já implantadas;
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pela RDS Rio Madeira por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível, a integração da comunidade local nos processos de produção, extrativismo e pesca comercial da RDS Rio Madeira;
- Sugerir estratégias de monitoramento de cada atividade quanto à qualidade dos produtos e aos impactos ambientais de seu funcionamento;
- Elaborar mapas da RDS Rio Madeira e suas áreas produtivas em formato A4, A3 e A0, apresentando, identificando e destacando:
 - ✓ Categoria de uso (área de produção agrícola, extrativismo e pesca comercial);
 - ✓ Sazonalidade;
 - ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para as atividades a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva da RDS Rio Madeira (para analisar o escoamento dessa produção);
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

- Propor priorização da implementação de políticas públicas, com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe da RDS Rio Madeira como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Zoneamento

A CONTRATADA com apoio técnico da SEMA realizará a sensibilização nas diferentes instituições parceiras e organizações da sociedade civil sobre a atualização e revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira em que também será feito o levantamento socioeconômico e de campo.

A CONTRATADA atualizará os dados e as informações dos moradores da RDS Rio Madeira e entorno por meio da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo abrangendo a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades. Com base no Diagnóstico Preliminar, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a UC e as regras de uso, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Caberá a CONTRATADA também verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade e Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse de Conservação de Morcegos – AICOM e Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais e UC federais e municipais, incluindo as Reservas Privadas (RPPN). Deverá ser realizada abordagem para cada terminologia, e consolidada Matriz de sistematização dos dados, contendo os valores de sobreposição territorial.

Com base neste diagnóstico preliminar, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a RDS Rio Madeira, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Plano de Proteção:

A CONTRATADA realizará um diagnóstico para compreensão dos problemas e situações conflituosas em relação ao uso dos recursos naturais na RDS Rio Madeira.

Deverá construir um planejamento para discutir e estabelecer as estratégias dos programas e ações, bem como parcerias para a implementação de ações de Proteção na UC.

Finalmente a Contratada deverá integrar os resultados em uma proposta final em um Plano de Proteção, identificando os pontos onde existe conflito, construindo as alianças estratégicas com os diferentes atores institucionais.

Programas de gestão:

A CONTRATADA com apoio técnico da SEMA realizará a sensibilização nas diferentes instituições parceiras e organizações da sociedade civil sobre a atualização e revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira.

A CONTRATADA atualizará os dados e as informações dos moradores da RDS Rio Madeira e entorno por meio da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo abrangendo a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades. Após esse diagnóstico, a CONTRATADA deverá construir programa de gestão integrada específico que se relacione com os planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos. Elaborar um programa específico de proteção e vigilância, proteção da UC. E será obrigatório a CONTRATADA elaborar a atualização da Matriz de Planejamento sistematizada da RDS Rio Madeira, contendo todos os programas de gestão, subprogramas, as atividades (medidas de gestão), meios de verificação (indicadores), Pré-Requisitos, Parceiros Institucionais e Prazos (contados em meses).

PRODUTO 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.

ETAPA 3 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA, deverá apresentar para equipe técnica da SEMA uma proposta preliminar de identificação de estratégias a serem utilizadas na gestão da Unidade de Conservação. Nesta etapa serão identificadas a missão e a visão de futuro da UC; o zoneamento e as regras de uso dos recursos naturais, estratégias de ação da unidade e programas de gestão e prazos para sua implementação.

A CONTRATADA deverá conduzir, juntamente com a equipe SEMA-AM, a Oficina de Planejamento Participativo, evento de 02 (dois) dias em cada polo da RDS Rio Madeira, atendendo os 06 (seis) polos da RDS Rio Madeira.

Nesta oficina as principais diretrizes de planejamento serão trabalhadas de forma coletiva. Caberá a CONTRATADA, com o apoio e orientações da gestora da RDS Rio Madeira, realizar a mobilização das pessoas ou instituições e organizar e custear a reunião (transporte, alimentação, material de expediente e local da reunião).

Caberá a CONTRATADA disponibilizar e custear a participação de dois profissionais, um para moderar e outro para relatar a OPP. É obrigação da CONTRATADA, também, custear as despesas do Coordenador Geral, que deverá estar presente.

Na oficina deverá ser apresentada pela CONTRATADA o resumo do Diagnóstico preliminar da RDS Rio Madeira.

Em seguida, a oficina deverá ser orientada com base nas metodologias de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (CMP, 2007) para o refinamento do **Modelo Conceitual** da RDS Rio Madeira e respectivas análises estratégicas, de acordo com as orientações da equipe SEMA.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS Rio Madeira serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 3: Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS Rio Madeira, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.

ETAPA 4 – Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Madeira ao Conselho Deliberativo da Unidade, versão final.

A CONTRATADA apresentará a versão consolidada da revisão do plano de gestão em uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação com participação em média de 24 representantes do conselho durante 01 (um) dia de atividade. A CONTRATADA terá dois dias para processar os dados validados nesta reunião. Duração média da viagem será de 6 dias com os custos associados a estadia na UC, por parte da gestão e programa ARPA.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe até o Município de Novo Aripuanã/AM, bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com supervisão da SEMA-AM. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com itens individuais, materiais e equipamentos para a realização da atividade.

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a equipe SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada, pela equipe da SEMA.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório documentando com as análises, discussões e propostas levantadas na reunião do Conselho Deliberativo.

PRODUTO 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Rio Madeira em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.

ETAPA 5 – Consolidação do produto final – Revisão do Plano de Gestão juntamente com as contribuições do Conselho Deliberativo e da SEMA.

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizado, pela SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando e analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das Unidades de Conservação. É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar uma versão resumida e ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS Rio Madeira contendo as principais informações da revisão do plano.

Todos os documentos gerados neste Produto, deverão ser entregues, em formato digital e físico, para a SEMA-AM, contendo todas as informações atualizadas.

PRODUTO 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS Madeira, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail e pen drive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato *Shapefile*.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pen Drive*), gravados no formato adobe PDF e em documento aberto, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;
- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.
- As palavras em outros idiomas deverão vir em itálico.
- Nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecedidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias impressas e em meio digital, nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho da SEMA/AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *Pendrive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA/AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos pertinentes. A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (**e-mail ou Pen Drive**), devidamente aprovados pela SEMA/AM.

10. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira está estimada em no máximo 06 (seis) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela consultoria, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

	Produtos	Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma Detalhado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico e insumos necessários, em formato digital e impresso (duas cópias).	5	Até 15 dias
2	Produto 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.	30	Até 80 dias
3	Produto 3: Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS Rio Madeira, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e	15	Até 110 dias

	operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.		
4	Produto 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Rio Madeira em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.	10	Até 150 dias
5	Produto 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Madeira, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO(<i>e-mail</i> e <i>pen drive</i>); e entrega das bases cartográficas digitais no formato <i>Shapefile</i>	40	Até 180

Qualquer alteração no cronograma das atividades, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

Observa-se que os custos relacionados as passagens áreas, transporte, alimentação e hospedagem da equipe da consultoria que realizará a expedição de campo, ficará a cargo da contratada até a sedes dos municípios (Borba, Novo Aripuanã, Manicoré) que fazem limite com a Unidade de conservação. Contudo, os gastos com o material de consumo, equipamentos, transporte, alimentação para expedição de campo e realização das oficinas dos municípios sedes até a Unidade de Conservação ficará a cargo da SEMA.

Diante disso, ressaltamos que a CONTRATADA terá como responsabilidade de manter sua equipe na sede do município nos dias que estiverem em deslocamento na cidade para a Unidade de Conservação. A SEMA apoiará com a logística da sede da cidade até a Unidade de Conservação.

A Versão final da Revisão do Plano de Gestão da RDS, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível a comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas copias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (*e-mail* ou Pendrive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato *Shapefile*, ficará sobre a responsabilidade da contratada.

O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

11. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE

Todos os gastos com administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela

SEMA/AM mapas, croquis e demais informações e apoio relevantes à área da RDS Rio Madeira.

12. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA/AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA/AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA/AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA/AM, de forma *online*, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado a SEMA irá solicitar duas revisões no máximo para cada produto e a SEMA terá no máximo 10 dias úteis para dar o retorno a contratada, caso seja necessário adequações e ajustes.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência do Conselho Deliberativo da RDS e da SEMA/AM, que pode solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

13. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 180 dias, a contar da assinatura do contrato.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

14. OBRIGAÇÕES

14.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe até os municípios sedes da Unidade de Conservação, que abrangem Novo Aripuanã, Borba e Manicoré, bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com a supervisão da SEMA-AM.

Considerando que os custos relacionados as passagens áreas, transporte, alimentação e hospedagem da equipe da consultoria que realizará a expedição de campo ficará a cargo da contratada até os municípios sedes, abrangendo Novo Aripuanã, Borba e Manicoré. Quanto o deslocamento da equipe da contratada dos municípios sedes até a Unidade de Conservação, bem como os gastos de material de consumo, equipamentos, transporte, alimentação para expedição de campo e realização das oficinas ficará a cargo da SEMA.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a contratada solicitar formalmente.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião do conselho, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade. O deslocamento da equipe da contratada dos municípios sedes até a Unidade de Conservação, bem como os gastos de material de consumo, equipamentos, transporte, alimentação para expedição de campo e realização das oficinas ficará a cargo da SEMA-AM

15. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

15.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em Diagnóstico ou planejamento ambiental e trabalhos de elaboração e revisão de planos de gestão de Unidade de Conservação. É obrigatório que a empresa esteja relacionada com atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

15.2. Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

15.2.1 Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia,

engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico, consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Ambientais e/ou Socioeconômicos. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no Macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos desse Termo de Referência.

15.2.2 Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análise do levantamento socioeconômico, cadeias produtivas e plano de proteção: Desejável profissional com Pós-Graduação (Latu Sensu) ou Mestrado em áreas correlatas ao perfil desejado (Sociologia, Geografia, Agrônomo, Antropólogo, Engenharia Florestal ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em diagnósticos populacionais e de produção rural (agrícola, extrativismo, pesca, manejo de fauna silvestre, exploração florestal). Preferencialmente, ter experiência com a metodologia de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

15.2.3 Descrição do Perfil do Responsável pelos levantamentos e análises fundiárias: desejável profissional com Pós-Graduação (Latu Sensu) ou Mestrado em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins). Consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Fundiário em áreas naturais protegidas. Consultoria em elaboração de Plano ou Programa de Regularização Fundiária ou correlatos a questão fundiária em UC. Consultoria utilizando metodologias e análises de sistematização de dados e informações fundiárias com conhecimento e experiência em Geoprocessamento,

Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

15.2.4 Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de Informações Geográficas: a) desejável profissional com Pós-Graduação em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e consultoria em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. Experiência na elaboração de zoneamento para Planos de Manejo de UC, conforme definidas na Lei Nº 9.985/2000 ou em legislação estadual correlata

15.2.5 Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

15.3. Qualificação do Plano de Trabalho

A análise do Plano de trabalho considerará a adequação da Proposta aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.